

DELIBERAÇÃO Nº024/2013 – CEAS

O Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS/PR, reunido ordinariamente em 10 de maio de 2013 e, no uso das suas atribuições regimentais,

DELIBERA

Art. 1º – Pela aprovação do Relatório de Gestão Estadual da Política de Assistência Social, referente ao exercício de 2012, conforme anexo.

Art. 2º – A presente Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE

Curitiba, 10 de maio de 2013

Leandro Nunes Meller
Presidente CEAS/PR



Anexo da Deliberação nº024/2013 CEAS/PR

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

SECRETARIA DE ESTADO DA FAMÍLIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

RELATÓRIO DAS REALIZAÇÕES 2012

2013

APRESENTAÇÃO

A Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social – SEDS foi criada em junho de 2011 pela Lei n.º 16.840 e, conforme alterações instituídas pela Lei n.º 17.045, de janeiro de 2012, é o órgão estadual responsável pela política da Assistência Social e pela Política de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Entre os objetivos da Secretaria, estão:

1. Consolidar o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em todo o território do Paraná, fortalecendo os municípios na gestão da assistência social, na garantia da proteção social a famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social.
2. Fortalecer o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente.
3. Executar as medidas socioeducativas restritivas de liberdade.

No âmbito da Política de Assistência Social, o objetivo da SEDS é organizar, coordenar e monitorar o Sistema Estadual de Assistência Social, bem como desenvolver ações para consolidar o Sistema Único de Assistência Social - SUAS em todo o território do Paraná, na perspectiva de fortalecer a gestão municipal da Política Pública de Assistência Social, na garantia de proteção social as famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e/ou risco social.

As ações desenvolvidas pela SEDS têm se pautado nos princípios da gestão democrática, por meio de amplas discussões com as instâncias de pactuação e deliberação, através da Comissão Intergestora Bipartite - CIB e do Conselho Estadual de Assistência Social - CEAS, respectivamente.

Este Relatório Síntese das ações realizadas no ano de 2012 tem a finalidade de publicizar a atuação da Secretaria, além de registrar os avanços consolidados na gestão da política de assistência social.

INTRODUÇÃO

A SEDS foi constituída no mês de junho de 2011, com a responsabilidade de gerir a política estadual de assistência social, após a extinção da Secretária da Criança e da Juventude e o reordenamento da Secretária do Trabalho, Emprego e Promoção Social.

Com esta alteração, a Política Estadual de Assistência Social ganhou centralidade em sua formulação, coordenação e execução, ampliando e assegurando a garantia dos direitos socioassistenciais à população paranaense.

A condução da referida política balizou-se nas bases normativas nacionais, nas deliberações da última conferência estadual, nos instrumentos de gestão estadual, como o Pacto de Aprimoramento e o Plano Estadual de Capacitação, bem como o Plano Plurianual de 2012-2015 do Governo do Estado do Paraná.

Neste sentido, a SEDS com intuito de organizar, promover, desenvolver e coordenar os serviços, programas e projetos voltados ao combate à pobreza e exclusão social e à garantia de direitos de crianças e adolescentes, a Secretaria organizou-se em 07 Coordenações e Unidades de Execução Programática, quais sejam: Unidade Técnica de Gestão da Política da Criança e do Adolescente; Unidade Técnica do Programa Família Paranaense; Coordenação da Proteção Social Básica; Coordenação da Proteção Social Especial; Coordenação de Renda e Cidadania; Coordenação de Gestão do SUAS e a Coordenação de Medidas Socioeducativas.

Para garantir a territorialização dessas políticas e o assessoramento aos municípios a SEDS fortaleceu a descentralização de suas ações não apenas geograficamente, mas de forma política e administrativa, estreitando a relação entre o estado e os municípios, por meio dos 23 Escritórios Regionais, a saber: Apucarana, Campo Mourão, Cascavel, Cianorte, Cornélio Procópio, Curitiba, Foz do Iguaçu, Francisco Beltrão, Guarapuava, Irati, Ivaiporã, Jacarezinho, Laranjeiras do Sul, Londrina, Maringá, Paranaguá, Paranaíba, Pato Branco, Pitanga, Ponta Grossa, Toledo, Umuarama e União da Vitória.

Na garantia da transparência e do controle social, a SEDS manteve a regularidade das reuniões do CEAS e do CEDCA. O CEAS realizou, ao longo do ano, 11 reuniões ordinárias. No dia 05 de julho de 2012, o CEAS empossou os novos Conselheiros Estaduais, para o biênio 2012-2014.

Para o assessoramento eficaz aos 399 municípios paranaenses, em 2012 os 23 Escritórios Regionais da SEDS receberam novos veículos, equipamentos de informática, eletroeletrônicos e mobiliário, obtendo, dessa maneira, adequada estrutura física para a realização do trabalho regionalizado.

Nesta perspectiva, o relatório síntese de ações apresenta o quadro síntese das principais ações desenvolvidas no período, relacionando com o Pacto de Aprimoramento de Gestão e o Plano Estadual de Assistência Social, demonstrando o volume de recursos financeiros utilizados e as metas atingidas. Além do quadro, o Relatório apresenta as instâncias/comissões externas que tem a participação ativa da SEDS, bem como instâncias de Deliberação das Políticas Públicas, instâncias de Pactuação, Comissões Estaduais e Comissões Internas.

Tal conjunto de informações possibilita a compreensão da dimensão do trabalho realizado, o esforço e o compromisso da gestão estadual em aprimorar e fortalecer o SUAS no Paraná.

QUADRO SÍNTESE DE EXECUÇÃO PROGRAMÁTICA

Observadas as metas previstas no Plano Estadual de Assistência Social, aprovado pela deliberação n.º 047/2012 do Conselho Estadual de Assistência Social, constitui-se o quadro síntese abaixo. Neste, sistematizam-se as ações programadas para o ano de 2012 nos eixos: Proteção Social Básica, Proteção Social Especial, Aprimoramento de Gestão e Programa Família Paranaense. Estas linhas estão de acordo com as linhas de financiamento do Plano de Ação do FEAS.

Além das ações previstas e executadas, elencam-se também as estratégias despendidas para atendimento aos objetos propostos, bem como os valores envolvidos em cada realização. Por fim, constam observações quanto à necessidade revisão de determinadas metas, levando em consideração imprevistos no desenvolvimento das ações e estratégias.

EIXO: 1. PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

AÇÕES: 1.1 Implantar unidades Centros de Referência de Assistência Social – CRAS				
ESTRATÉGIAS: - Definir critérios de cofinanciamento; - Repasse de recurso financeiro para construção de Centros de Referência de Assistência Social - CRAS				
METAS PREVISTAS	METAS EXECUTADAS	VALORES PREVISTOS	VALORES EXECUTADOS	PERÍODO DE EXECUÇÃO
17 CRAS	R\$ 4.724.770,00	10 conveniados	R\$ 2.591.770,51	2012
CONSIDERAÇÕES: Dentre os municípios que atendiam o critério, o município de Engenheiro Beltrão não encaminhou a documentação em tempo hábil e 6 municípios estão com os processos em fase de conveniamento com a SEDS. Ressalta-se que o recurso é proveniente do Fundo Estadual de Assistência Social.				

AÇÕES: 1.2 Monitorar e apoiar tecnicamente os serviços de Proteção Social Básica

ESTRATÉGIAS: Assessorar tecnicamente os Escritórios Regionais, gestores municipais de Assistência Social e demais profissionais que atuam na política de assistência social.

METAS PREVISTAS	METAS EXECUTADAS	VALORES PREVISTOS	VALORES EXECUTADOS	PERÍODO DE EXECUÇÃO
23 escritórios regionais e 399 municípios	23 escritórios regionais e 399 municípios 527 CRAS	R\$ 73.480,70 (Recurso FEAS)	—	2012

CONSIDERAÇÕES: Durante o período houve o monitoramento e apoio técnico aos 23 Escritórios Regionais referente a prestação dos serviços de Proteção Social Básica Tipificados, por meio constantes orientações e a realização da primeira etapa do diagnóstico no Estado do Paraná, a fim de levantar dados que nortearão o assessoramento, as capacitações e as publicações de protocolos com as diretrizes para a execução destes serviços.

Destaca-se que o recurso previsto correspondia na realização de capacitação, porém devido a proposta de reordenamento dos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos, pelo MDS a capacitação não foi realizada no ano de 2012.

AÇÕES: 1.3 Cofinanciar PAIF

ESTRATÉGIAS: Repassar recurso financeiro para desenvolvimento e implementação do serviço socioassistencial executado pelos municípios.

METAS PREVISTAS	METAS EXECUTADAS	VALORES PREVISTOS	VALORES EXECUTADOS	PERÍODO DE EXECUÇÃO
112 municípios	1 município conveniado	R\$ 3.942.112,00	R\$ 3.876.336,40	2012

CONSIDERAÇÕES: O processo de repasse de recursos para cofinanciar o PAIF está disposto na Deliberação nº 52/12 - FEAS. Neste sentido, houve o convênio firmado apenas com 1 município. No entanto, os demais municípios estão em fase de conveniamento, sendo que o montante de recursos do Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS já estão empenhados para a execução desta ação.

AÇÕES: 1.4 Monitorar a execução dos convênios vigentes referente ao cofinanciamento estadual de Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, PAIF

ESTRATÉGIAS: Acompanhar as ações desenvolvidas pelos municípios e instituições conveniadas.;

METAS PREVISTAS	METAS EXECUTADAS	VALORES PREVISTOS	VALORES EXECUTADOS	PERÍODO DE EXECUÇÃO
142 municípios	1 município	_____	_____	2012

CONSIDERAÇÕES: A ação está relacionada ao monitoramento dos convênios previstos para o PAIF e para o Programa Adolescente Paranaense. No entanto, houve no ano de 2012 a realização de 1 convênio com município para execução do PAIF. Ressalta-se que há processos em tramitação para os demais convênios do PAIF e do Adolescente Paranaense. Desta forma, o monitoramento está acontecendo de forma gradativa, de acordo com a data inicial de cada convênio.

AÇÕES: 1.5 Implementar o Programa Centro da Juventude

ESTRATÉGIAS: Realizar Web Conferência sobre o Programa Centros da Juventude;
- Capacitar os técnicos dos Escritórios Regionais e Municípios do Estado do Paraná

METAS PREVISTAS	METAS EXECUTADAS	VALORES PREVISTOS	VALORES EXECUTADOS	PERÍODO DE EXECUÇÃO
21 Escritórios Regionais e 29 Municípios	Realizada 1 Capacitação com os 21 Escritórios Regionais da SEDS e 1 Web Conferência com os 21 Escritórios Regionais e 29 Municípios	R\$ 11.736,70 (FIA)	R\$ 11.736,70	2012

CONSIDERAÇÕES: A utilização da estratégia de realização de Web-Conferência não implica na execução de recursos, devido a parceria

entre SEDS e a Secretaria de Assuntos Estratégicos – SEAE.

AÇÕES: 1.6 Implantar e ampliar o Programa Adolescentes Paranaenses

ESTRATÉGIAS: Formalizar convênio e efetuar o repasse de recurso financeiro
Capacitar profissionais que atuam no Programa Adolescentes Paranaenses.

METAS PREVISTAS	METAS EXECUTADAS	VALORES PREVISTOS	VALORES EXECUTADOS	PERÍODO DE EXECUÇÃO
60 coletivos distribuídos nos municípios selecionados	35 Municípios aderiram ao Programa em 2012	4.288.400,00 (FIA)	—	2012

CONSIDERAÇÕES: Os 60 coletivos, nos 35 municípios contemplados enviaram o projeto, bem como a documentação necessária. Neste momento os processos estão aguardando aprovação pelo Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente - CEDCA para iniciar a fase de conveniamento.

AÇÕES: 1.7 Concessão de Kits Emergência

ESTRATÉGIAS: Distribuição aos municípios com ocorrência de famílias atingidas por desastres devido ao excesso de chuvas.

METAS PREVISTAS	METAS EXECUTADAS	VALORES PREVISTOS	VALORES EXECUTADOS	PERÍODO DE EXECUÇÃO
15 municípios	Distribuídos para os 15	R\$ 2.800.000,00	R\$ 2.800.000,00	2012

	municípios			
CONSIDERAÇÕES: Os referidos kits foram distribuídos a todos os municípios que formalizaram situação de calamidade pública em função de enchentes/alagamentos. O valor executado é referente ao recurso federal destinado para esta ação.				

AÇÕES: 1.8 Acompanhar, monitorar e orientar o Programa BPC na Escola				
ESTRATÉGIAS: Acompanhamento, orientação, monitoramento, através do Grupo Gestor Estadual				
METAS PREVISTAS	METAS EXECUTADAS	VALORES PREVISTOS	VALORES EXECUTADOS	PERÍODO DE EXECUÇÃO
100% de adesão dos municípios paranaenses ao Programa	72 municípios realizaram a renovação e 45 realizaram a adesão - totalizando 117 municípios inseridos no Programa.	—	—	2012
CONSIDERAÇÕES: A SEDS promoveu acompanhamento, monitoramento e orientação sobre o Programa BPC na Escola aos 399 municípios, através dos 23 Escritórios Regionais e da realização de Web-Conferência com participação de representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. As estratégias previstas para esta ação não envolveram execução de recursos financeiros. Ressalta-se que está prevista capacitação Estadual do Programa BPC na Escola está prevista para 2013, através da qual se pretende mobilizar um maior número de municípios para adesão ao Programa. Esclarece-se que a adesão dos municípios é voluntária e, para tal, os mesmos deverão responder a uma série de critérios do MDS.				

AÇÕES: 1.9 Capacitar profissionais para operacionalização do sistema do Cadastro Único				
ESTRATÉGIAS: Capacitação presencial de Operadores do Cadastro Único.				

METAS PREVISTAS	METAS EXECUTADAS	VALORES PREVISTOS	VALORES EXECUTADOS	PERÍODO DE EXECUÇÃO
200 municípios	186 municípios	_____	_____	2012

CONSIDERAÇÕES: A capacitação foi realizada sob responsabilidade da Caixa Econômica Federal. A atribuição da SEDS foi de mobilizar os municípios e acompanhar a referida capacitação. Desta forma, não houve a destinação de recursos específicos para esta ação.

Foram ofertadas vagas para 200 municípios. Contudo, considerando a adesão voluntária dos representantes municipais, constatou-se um aproveitamento do curso por representantes de 186 prefeituras, representando 93% do total ofertado. Esclarece-se que os representantes dos demais 14 municípios convidados não apresentaram frequência igual ou superior a 75% da carga horária do curso, não recebendo certificação conforme critérios estabelecidos anteriormente.

AÇÕES: 1.10 Habilitar profissionais para o preenchimento dos formulários do Cadastro Único

ESTRATÉGIAS: Capacitação presencial de Entrevistadores

METAS PREVISTAS	METAS EXECUTADAS	VALORES PREVISTOS	VALORES EXECUTADOS	PERÍODO DE EXECUÇÃO
60 municípios	59 municípios	R\$ 15.766,00	R\$ 19.960,00	2012

CONSIDERAÇÕES: Foram ofertadas vagas para 60 municípios. Contudo, considerando a adesão voluntária dos representantes municipais, constatou-se um aproveitamento do curso por representantes de 59 prefeituras, representando 98,3% do total ofertado. Esclarece-se que os representantes do município restante convidado não apresentaram frequência igual ou superior a 75% da carga horária do curso, não recebendo certificação conforme critérios estabelecidos anteriormente.

AÇÕES: 1.11 Subsidiar operadores e técnicos do CRAS dos 30 municípios prioritários do Família Paranaense para a gestão do Cadastro Único, Busca Ativa, Acompanhamento Familiar e ações do família paranaense

ESTRATÉGIAS: Capacitação presencial de gestão do Cadastro Único				
METAS PREVISTAS	METAS EXECUTADAS	VALORES PREVISTOS	VALORES EXECUTADOS	PERÍODO DE EXECUÇÃO
30 municípios	28 municípios	R\$ 32.947,75	R\$ 32.947,75	2012
CONSIDERAÇÕES: Foram ofertadas vagas para 30 municípios. Contudo, considerando a adesão voluntária dos representantes municipais, constatou-se um aproveitamento do curso por representantes de 28 prefeituras, representando 93,3% do total ofertado. Esclarece-se que os representantes dos demais 02 municípios convidados não apresentaram frequência igual ou superior a 75% da carga horária do curso, não recebendo certificação conforme critérios estabelecidos anteriormente.				

AÇÕES: 1.12 Apoiar os municípios na busca ativa para inserção das famílias nas ações e serviços sócio assistenciais e de transferência de renda				
ESTRATÉGIAS: Realização de Web Conferência				
METAS PREVISTAS	METAS EXECUTADAS	VALORES PREVISTOS	VALORES EXECUTADOS	PERÍODO DE EXECUÇÃO
23 Escritórios Regionais 399 municípios	23 Escritórios Regionais 399 municípios	—	—	2012
CONSIDERAÇÕES: A utilização da estratégia de realização de Web-Conferência não implica na execução de recursos, devido a parceria entre SEDS e a Secretaria de Assuntos Estratégicos - SEAE.				
AÇÕES: 1.13 Aumento do número de famílias com registro de acompanhamento familiar na saúde				
ESTRATÉGIAS: Monitoramento e orientação direcionada aos municípios com baixo percentual de acompanhamento				
METAS PREVISTAS	METAS EXECUTADAS	VALORES PREVISTOS	VALORES EXECUTADOS	PERÍODO DE EXECUÇÃO
Chegar a 80% das famílias potenciais com	82,00%	—	—	2012

registro				
CONSIDERAÇÕES: Esta ação não necessitou de aplicação de recursos financeiros, somente o apoio técnico aos municípios para elevar o percentual de acompanhamento das família beneficiárias do Programa Bolsa Família.				

AÇÕES: 1.14 Aumento do número de famílias com registro de acompanhamento familiar na educação				
ESTRATÉGIAS: Monitoramento e orientação direcionada aos municípios com baixo percentual de acompanhamento				
METAS PREVISTAS	METAS EXECUTADAS	VALORES PREVISTOS	VALORES EXECUTADOS	PERÍODO DE EXECUÇÃO
Chegar a 90% das famílias potenciais com registro.	90,00%	—	—	2012
CONSIDERAÇÕES: Esta ação não necessitou de aplicação de recursos financeiros, somente o apoio técnico aos municípios para elevar o percentual de acompanhamento das família beneficiárias do Programa Bolsa Família.				
AÇÕES: 1.15 Estabelecimento de diretrizes para focalização e acompanhamento e controle da execução do Programa Luz Fraterna				
ESTRATÉGIAS: Rever e encaminhar nova proposta de Lei e Regulamentação. - Criar sistema específico.				
METAS PREVISTAS	METAS EXECUTADAS	VALORES PREVISTOS	VALORES EXECUTADOS	PERÍODO DE EXECUÇÃO
Reuniões com as concessionárias e setores afins para debater sobre a atual legislação e elaborar minuta.	Reuniões com as concessionárias e setores afins; Elaboração de minuta;	—	—	2012

CONSIDERAÇÕES: Para cumprir a meta foi estabelecido fluxo interno de trabalho entre os agentes envolvidos. Ainda, foi implantada a rotina de verificações dos beneficiários, que resultou em bloqueios de pagamento para beneficiários que constam em duplicidade e nome de pessoa jurídica. Ressalta-se que o aperfeiçoamento deste sistema de acompanhamento, vinculando os beneficiários aos dados do CadÚnico, resultou numa economia de R\$ 8.376.870,23 no ano de 2012.

EIXO: 2. PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL

AÇÕES: 2.1 Implantação e Implementação de Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade – PAEFI

ESTRATÉGIAS: - Cofinanciamento do serviço socioassistencial PAEFI;

- Elaborar termo de adesão do município com especificações do serviço a ser cofinanciado;
- Realizar estudo de abrangência municipal, regional e estadual de demandas de serviços e principais prioridades de cofinanciamento para potencializar os serviços de média complexidade no SUAS;
- Oportunizar ao longo do processo de cofinanciamento espaços de capacitação, troca de experiências e debate em torno da execução dos programas, projetos, benefícios e serviços municipais com objetivo de qualificar as ações e fortalecer o SUAS no estado do Paraná.

METAS PREVISTAS	METAS EXECUTADAS	VALORES PREVISTOS	VALORES EXECUTADOS	PERÍODO DE EXECUÇÃO
140 Serviços PAEFI cofinanciados;	-97 municípios em processo de conveniamento.	R\$5.608.800,00 (FEAS)	R\$ 3.722.400,00	2012

CONSIDERAÇÕES: O processo de cofinanciamento do PAIF está regulado pela Deliberação nº 35/12 do CEAS, após ter sido realizado estudo de abrangência com apoio do Núcleo de Informação da SEDS. Para disseminar tal deliberação e esclarecer eventuais dúvidas, realizou-se Reunião Técnica com representantes dos 23 Escritórios Regionais.

A diferença de 31% da meta prevista e da executada foi decorrente da não adesão dos municípios devido a fragilização no diagnóstico para comprovar a demanda, e da data de publicação da deliberação que coincidiu com o período eleitoral.

AÇÕES: 2.2 Implantação e Implementação de Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade – Medidas Socioeducativas em Meio Aberto.

ESTRATÉGIAS: - Cofinanciamento do serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto;

- Realizar estudo de abrangência municipal, regional e estadual de demandas de serviços e principais prioridades de cofinanciamento para potencializar os serviços de média complexidade no SUAS;
- Elaborar termo de adesão do município com especificações do serviço a ser cofinanciado;
- Oportunizar ao longo do processo de cofinanciamento espaços de capacitação, troca de experiências e debate em torno da execução dos programas, projetos, benefícios e serviços municipais com objetivo de qualificar as ações e fortalecer o SUAS no estado do Paraná.

METAS PREVISTAS	METAS EXECUTADAS	VALORES PREVISTOS	VALORES EXECUTADOS	PERÍODO DE EXECUÇÃO
86 serviços de medidas socioeducativas em meio aberto	-53 municípios contemplados. -3 entidades socioassistenciais.	5.000.000,00 (FIA)	3.045.185,64 (recurso empenhado)	2012

CONSIDERAÇÕES: O processo iniciou com a elaboração do Termo de Convênio com especificações do serviço a ser executado, após houve a realização de web-conferência para divulgação da Deliberação 46/2012 - CEDCA. Outro instrumento legal que regulamenta o processo é a Deliberação 52/2011 - CEDCA. Ressalta-se que dos 53 municípios contemplados, 26 municípios estão com o convênio assinados e 27 municípios estão em processo de conveniamento.

A não adesão de municípios que oferecem o serviço de medida Socioeducativa em meio aberto ao programa Liberdade Cidadã (CEDCA), ocorre pelos seguintes motivos: ausência de documentação, incompatibilidade na metodologia de execução, impossibilidade do município/entidade oferecer a contrapartida (5% do valor para entidade, 10% para municípios).

AÇÕES: 2.3 Cofinanciar serviços de acolhimento institucional para crianças e adolescentes – Programa Crescer em Família.

ESTRATÉGIAS:- Repasse de recursos aos municípios, assessoria na implantação das ações previstas e acompanhamento e monitoramento dos programas implantados;

- Oportunizar ao longo do processo de cofinanciamento espaços de capacitação, troca de experiências e debate em torno da execução dos programas municipais e da rede socioassistencial com objetivo de qualificar as ações e fortalecer o SUAS no estado do Paraná.
- Promover ações estratégicas de âmbito Estadual para fortalecer a convivência familiar e comunitária;

METAS PREVISTAS	METAS EXECUTADAS	VALORES PREVISTOS	VALORES EXECUTADOS	PERÍODO DE EXECUÇÃO
Manutenção dos Convênios celebrados anteriormente ao ano de 2012 e celebração de novos convênios	<ul style="list-style-type: none"> - Acompanhamento de 2 convênios do Crescer, Deliberação 008/2009 - CEDCA; - Assinatura e repasse de recursos para 4 convênios da Deliberação 008/2009, para 3 municípios e 3 entidades; 008/2009 - Efetivação de 33 convênios com municípios e 62 entidades, em respeito à Deliberação número 009/2011 (Projetos FIA 2012). 	10.400.000,00 (FIA)	4.287.128,40	2012

CONSIDERAÇÕES: Os valores indicados na coluna executados são referentes ao recurso empenhado para o pagamento dos convênios. Destaca-se que não houve adesão de municípios e entidades que preenchessem todos os requisitos das referidas Deliberações do FIA para conveniamento dos valores previstos.

--

AÇÕES: 2.4 Cofinanciar Serviço de Residencia Inclusiva

ESTRATÉGIAS: Acompanhar o processo de expansão deste serviço e cofinanciar os projetos aprovados;

- Repasse de recursos aos municípios, assessoria na implantação das ações previstas e acompanhamento e monitoramento dos programas, projetos, benefícios e serviços implantados.
- Oportunizar ao longo do processo de cofinanciamento espaços de capacitação, troca de experiências e debate em torno da execução dos programas municipais com objetivo de qualificar as ações e fortalecer o SUAS no estado do Paraná

METAS PREVISTAS	METAS EXECUTADAS	VALORES PREVISTOS	VALORES EXECUTADOS	PERÍODO DE EXECUÇÃO
11 Residências Inclusivas.	-5 serviços de residências inclusivas.	800.000,00 (FEAS)	_____	2012

CONSIDERAÇÕES: A deliberação número 049/2012 do CEAS dispõe sobre a definição de contrapartida do cofinanciamento municipal do Programa Sem Limites nos serviços de Residência Inclusiva. Ainda, houve a publicação da Deliberação número 070/2012 do CEAS que dispõe sobre a expansão das residências inclusivas. Desta forma, há previsão de cofinanciamento para 5 residências inclusivas, localizadas em 4 municípios. O número de serviço em cada município é o seguinte: 2 para o município de Cascavel, 1 para Ponta Grossa, 1 para Toledo e 1 para Foz do Iguaçu. Em 2012 foram igualmente reservados recursos para mais 6 residências no município de Curitiba sendo que o município não apresentou solicitação ao estado para este cofinanciamento. Destaca-se que não houve valores executados, devido aos processos estarem em tramitação.

Também se esclarece que as outras 6 residências inclusivas tiveram seus processos de conveniamento iniciados em novembro de 2012 e, portanto, prevê-se a execução destes convênios durante o ano de 2013.

AÇÕES: 2.5 Ofertar e qualificar o Serviço de Acolhimento Institucional para pessoas em situação de risco pessoal sem vínculos familiares

- Identificar demandas de acolhimento institucional no âmbito regional e estadual e mapeamento de rede que atende esta demanda.
- Planejar e implantar protocolo de referência estadual para acolhimento institucional com diretrizes para intervenção e encaminhamentos com objetivo de prevenir a institucionalização.
- Oportunizar espaços de capacitação, troca de experiências e debate em torno da execução dos programas municipais e da rede socioassistencial regional e estadual com objetivo de qualificar as ações na proteção social especial de alta complexidade e fortalecer o SUAS no estado do Paraná.
- Prover vagas e assessorar a implantação das ações previstas, realizando acompanhamento e monitoramento dos programas de acolhimento institucional.

METAS PREVISTAS	METAS EXECUTADAS	VALORES PREVISTOS	VALORES EXECUTADOS	PERÍODO DE EXECUÇÃO
- 65 vagas para idosos em situação de risco pessoais sem vínculos familiares; 249 vagas para pessoas com deficiências	- 65 vagas para idosos em situação de risco pessoais sem vínculos familiares; - 155 pessoas com deficiências - 12 crianças e adolescentes com vínculos familiares rompidos. - 86 pessoas com transtornos mentais associados ou não a deficiências, com vínculos familiares rompidos ou fragilizados.	R\$ 5.176.780,00	R\$ 4.939.233,36	2012

CONSIDERAÇÕES: Para operacionalizar a ação houve a publicação da Resolução Conjunta 001/2012 do Conselho Estadual da Assistência Social e da SEDS que dispõe sobre a criação da *Comissão Intersetorial para subsidiar as ações de reordenamento dos serviços de proteção social especial de alta complexidade do Estado do Paraná*, bem como a Elaboração da Nota Técnica número 001 da Coordenação da

Proteção Social Especial - CPSE que restabelece fluxos para as solicitações de acolhimento aos serviços conveniados com o estado; Ainda, houve a revisão do Termo de Cooperação Técnica entre SESA/ SEDS. Os atendimentos foram viabilizados através de 5 convênios para atender o público idoso, criança e adolescente e pessoas com deficiência. Também houve a contratação de empresa para atender as pessoas com transtornos mentais associados ou não a deficiências.

AÇÕES: 2.6 Cofinanciar Serviço de Centro Dia

ESTRATÉGIAS: - Acompanhar o processo de expansão deste serviço e cofinanciar o projeto aprovado;
 - Repasse de recursos ao município, assessoria na implantação das ações previstas e acompanhamento e monitoramento do serviço a ser implantado.
 - Oportunizar ao longo do processo de cofinanciamento espaços de capacitação, troca de experiências e debate em torno da execução dos programas municipais com objetivo de qualificar as ações e fortalecer o SUAS no estado do Paraná.

METAS PREVISTAS	METAS EXECUTADAS	VALORES PREVISTOS	VALORES EXECUTADOS	PERÍODO DE EXECUÇÃO
1 Centro Dia	1 Centro Dia	320.000,00 (FEAS)	—	2012

CONSIDERAÇÕES: - A Deliberação número 049/2012 do CEAS dispõe sobre a definição de contrapartida do cofinanciamento municipal nos serviços de Centro Dia. Desta forma, inciou-se processo de conveniamento estadual para o município de Curitiba. Destaca-se que o processo de cofinanciamento está em tramitação, sendo que o valor ainda não foi empenhado.

AÇÕES: 2.7 Realizar capacitação de profissionais da Proteção Social Especial de Média e de Alta Complexidade.

ESTRATÉGIAS: - Planejar e executar capacitações alinhadas ao Plano Estadual de Capacitação e linhas de ação do Programa CapacitaSUAS;

-Prever como público-alvo da capacitação profissionais do SUAS e atores do SGD no estado do Paraná tanto dos serviços e equipamentos públicos municipais e estaduais como da rede socioassistencial referenciada.

METAS PREVISTAS	METAS EXECUTADAS	VALORES PREVISTOS	VALORES EXECUTADOS	PERÍODO DE EXECUÇÃO
<p>1) Capacitação aos trabalhadores dos CREAS e do Liberdade Cidadã (400 pessoas).</p> <p>2) Capacitação para o Enfrentamento ao Trabalho Infantil p/ 286 pessoas.</p> <p>3) Reuniões Técnicas: Residências inclusivas e Centro Dia dia para os municípios contemplados nas deliberações 049/2012 e 070/2012 CEAS (Cascavel, Ponta Grossa, Toledo, Foz do Iguaçu, Curitiba com R.I. E Centro Dia).</p> <p>4) Reunião Técnica Centro POP, com os municípios e Escritórios Regionais (Curitiba, Ponta Grossa, Londrina, Maringá, Cascavel, São José dos Pinhais e Foz do Iguaçu).</p>	<p>1) Participação de 394 pessoas.</p> <p>2) Participação de 225 pessoas.</p> <p>3) Meta atingida.</p> <p>4) Reunião Técnica, ausência apenas do município de Foz do Iguaçu.</p>	<p>1) 330.998,00</p> <p>2) 535.995,00</p>	<p>1) R\$ 330.998,00 sendo o custo por aluno de R\$ 26,25.</p> <p>2) Preenchimento de 70% das vagas disponibilizadas. Custo efetivo: R\$ 388.480,20</p>	<p>2012</p>

CONSIDERAÇÕES: As ações de capacitação previstas nos itens 1 e 2 foram executadas com custos menores do que os previstos por dois

motivos: primeiro, os valores executados na realização da capacitação presencial foram menores do que os valores previstos para início do processo licitatório, uma vez que, obedecendo aos princípios da concorrência pública, foram contratados os serviços de menor valor proposto; segundo, devido ao não preenchimento total das vagas. Ressalta-se que houve oferta de vagas no número previsto, contudo, alguns participantes não obtiveram mais de 75% de frequência . As metas previstas 3 e 4 não tiveram custo.

AÇÕES: 2.8 Reuniões Técnicas descentralizadas com os Escritórios Regionais da SEDS para discussão e planejamento das ações da PSE.

ESTRATÉGIAS: - Subsidiar os técnicos dos Escritórios Regionais no eixo de proteção social especial de média e alta complexidade quanto a orientação e acompanhamento junto aos municípios sob sua abrangência.

METAS PREVISTAS	METAS EXECUTADAS	VALORES PREVISTOS	VALORES EXECUTADOS	PERÍODO DE EXECUÇÃO
23 Reuniões nos Escritórios Regionais da SEDS	23 Reuniões regionalizadas	R\$ 9.036,00	R\$ 9.036,00	2012

CONSIDERAÇÕES: As reuniões técnicas foram realizadas para apresentar a CPSE, as competências da PSE e realizar o planejamento de determinadas ações.

EIXO: 3. FAMÍLIA PARANAENSE

AÇÕES: 3.1 Fomentar, coordenar, articular e monitorar ações intersetoriais voltadas às famílias em situação de maior vulnerabilidade social, identificadas pelo índice de vulnerabilidade social do Paraná em municípios prioritários;

ESTRATEGIAS: - Coordenar a unidade gestora estadual do programa;

- Implementar diretrizes para o fortalecimento das demais instâncias que compõem o arranjo institucional intersetorial: comitês regionais, municipais e locais;
- Selecionar municípios prioritários e pactuar com os mesmos da adesão ao programa;
- Incluir gradativamente famílias-alvo no programa;
- Pactuar intersetorialmente com as demais secretarias, contratualizando as metas, prazos e os responsáveis pelas ações e serviços do programa família paranaense no contrato de gestão
- Implantar o Sistema de Acompanhamento Familiar ;

METAS PREVISTAS	METAS EXECUTADAS	VALORES PREVISTOS	VALORES EXECUTADOS	PERÍODO DE EXECUÇÃO
<p>2012: 5 mil famílias</p> <p>1 unidade gestora estadual, 23 comitês regionais,</p> <p>1 sistema implantado;</p>	<p>5000 Famílias atingidas;</p> <p>1 Unidade Gestora Estadual 23 Comites Regionais implantados.</p> <p>Implantação do programa em 30 municípios prioritários, que assinaram Termo de Adesão ao programa;</p> <p>Modulo do Sistema de Acompanhamento Familiar disponibilizado aos municípios;</p> <p>Metas contratualizadas no Contrato de Gestão Estadual,</p>		<p>Foram repassados R\$67.000,00 para cada um dos 30 municípios prioritários, para potencializar as ações do programa.</p>	<p>2012</p>

	com a SEED, SESA, SETS, SEAB, SEES, COHAPAR e SEDS.			
CONSIDERAÇÕES: Os comitês gestores estão regulamentados por meio de decreto estadual.				

AÇÕES: 3. 2 Capacitar e Assessorar técnicos dos Escritórios Regionais e das demais Secretarias Estaduais envolvidas, técnicos dos municípios.				
ESTRATÉGIAS: - Realizar Web-Conferência; - Realizar reuniões regionais; - Realizar Macro-regionais; - Realizar Seminários;				
METAS PREVISTAS	METAS EXECUTADAS	VALORES PREVISTOS	VALORES EXECUTADOS	PERÍODO DE EXECUÇÃO
2 - Realizar Web-Conferência; 23 Realizar reuniões regionais; 3 Realizar Macro-regionais; 2 - Realizar Seminários;	Todas as capacitações e reuniões de assessoramento técnico previstas foram realizadas.	R\$ 84.697,75	R\$ 63.415,66	2012

CONSIDERAÇÕES: A utilização da estratégia de realização de Web-Conferência não implica na execução de recursos, devido a parceria entre SEDS e a Secretaria de Assuntos Estratégicos – SEAE.

Sendo assim, os valores executados dizem respeito aos recursos utilizados em viagens dos servidores para realização de reuniões técnicas regionais e macro regionais, além dos seminários.

AÇÕES: 3.3 Realizar, monitorar e acompanhar as ações dos indicadores do programa

ESTRATÉGIAS: Monitorar e avaliar os indicadores intersetoriais de acompanhamento familiar;

Divulgar as ações e resultados obtidos com o programa;

Implantar e implementar o sistema de acompanhamento, monitoramento e avaliação das ações e serviços da gestão intersetorial;

METAS PREVISTAS	METAS EXECUTADAS	VALORES PREVISTOS	VALORES EXECUTADOS	PERÍODO DE EXECUÇÃO
Relatório anual de avaliação do programa Transparência na execução do programa; Sistema implantado	Foi elaborado relatório anual do Programa, contendo os municípios que executaram o programa, metas e resultados atingidos em 2012. Ocorreu evento de lançamento oficial do Programa em 14/03/2012. Foram disponibilizados materiais de divulgação e orientação do Programa no site www.familia.pr.gov.br . Os materiais de orientação foram trabalhados nas capacitações regionalizadas e macro-regionais.	R\$ 250.000,00	_____	2012

	<p>Nas reuniões do CEAS, foram apresentados o processo de implantação do Programa nos municípios, bem como sua execução.</p> <p>O sistema foi implantado e disponibilizado a todos os municípios que implantaram o Programa em 2012.</p>			
<p>CONSIDERAÇÕES: As alterações que ocorreram no sistema foi realizada pela equipe própria do sistema de informações da SEDS. Foi iniciado processo de negociação com a CELEPAR, para implementação do sistema já existente, nos aspectos de acompanhamento e monitoramento das ações e serviços intersetoriais, bem como os indicadores das condições mínimas do Programa. O mesmo será implementado no ano de 2013, com custo de R\$ 300.00,00. O mesmo será executado com o recurso de R\$ 250.000,00 planejado para 2012 com necessidade de aporte de R\$ 50.000,00.</p>				

EIXO: 4. APRIMORAMENTO DA GESTÃO

<p>AÇÕES: 4.1 Aprimorar a estrutura do órgão gestor estadual;</p>				
<p>ESTRATÉGIAS: Estruturação de recursos humanos, espaços físico e equipamentos materiais;</p>				
METAS PREVISTAS	METAS EXECUTADAS	VALORES PREVISTOS	VALORES EXECUTADOS	PERÍODO DE EXECUÇÃO
<p>Adequação nos 23 Escritórios Regionais e Órgão Gestor;</p>	<p>Aquisição de veículos, mobiliário e equipamentos para todos</p>	<p>R\$ 1.737.903,75</p>	<p>R\$ 1.737.903,75</p>	<p>2012</p>

	os 23 Escritórios Regionais da SEDS.			
<p>CONSIDERAÇÕES: O valor citado compreende a aquisição de material de informática (R\$ 19.498,98), a construção/reforma de edifícios públicos (R\$ 21.760,06). O restante do montante (R\$ 1.696.644,71) é referente a aquisição de mobiliário geral, equipamentos de informática, eletroeletrônicos, eletrodomésticos e veículos automotores.</p>				

<p>AÇÕES: 4.2 Aprimorar sistemática de acompanhamento e apoio técnico aos Escritórios Regionais nos processos de trabalho da Política de Assistência Social</p>				
<p>ESTRATÉGIAS:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Realizar reuniões na sede, "in loco" e macro-regionais nas regionais; - Destinar vagas nas capacitações para técnicos dos Escritórios Regionais; - Realizar Capacitações específicas para a equipe dos Escritórios Regionais; 				
METAS PREVISTAS	METAS EXECUTADAS	VALORES PREVISTOS	VALORES EXECUTADOS	PERÍODO DE EXECUÇÃO
12 reuniões na sede;	8 reuniões na sede;		R\$ 160.471,00	2012
23 reuniões "in loco";	46 reuniões "in loco";		R\$ 113.316,31	
10 reuniões Macro-regionais;	8 reuniões macro-regionais;		R\$ 15.472,00	
4 capacitações.	3 capacitações.		R\$ 70.573,38	
<p>CONSIDERAÇÕES: Foram realizadas 8 reuniões técnicas na SEDS, considerando reuniões dos chefes de Escritórios Regionais com Secretária, Direção Geral e Assessoria Técnica, reuniões informativas entre equipes técnicas regionalizadas e coordenações, participação em reunião ampliada da CIB.</p>				

Em relação às reuniões “in loco”, destaca-se a realização de reuniões técnicas promovidas pelas equipes da Unidade Técnica do Programa Família Paranaense e da Coordenação de Proteção Social Especial, com o objetivo de esclarecer aspectos relevantes destas áreas.

Quanto às reuniões macro-regionais: foram realizadas pela Coordenação de Gestão do SUAS, com o tema “Planos Municipais de Assistência Social” e pela Unidade Técnica do Programa Família Paranaense.

Realizou-se capacitação exclusiva para os técnicos dos Escritórios Regionais referente à Gestão do CRAS, dividida em duas turmas. Além disso, os representantes das equipes regionalizadas participaram de duas capacitações promovidas em parceria com as Secretarias de Estado da Saúde e Educação. A capacitação “Desafios Contemporâneos do SUAS” foi adiada para 2013, conforme consideração do item 4.5. Além disso, ressalta-se que os servidores estaduais dos ERs ocuparam 8,36% das vagas em todas as ações de capacitação no âmbito do SUAS promovidas pela SEDS em 2012.

Os valores executados acima dizem respeito à realização de capacitações e deslocamento de servidores (passagens, diárias, traslados).

AÇÕES: 4.3 Aprimorar sistemática de assessoramento e apoio técnico e de monitoramento aos Municípios na implantação de seus Sistemas Municipais de Assistência Social.

ESTRATÉGIAS:

- Elaborar e implementar o Protocolo de Assessoramento, Apoio Técnico e Monitoramento aos municípios, como subsídio para o trabalho dos escritórios regionais;
- Produzir e publicar materiais de apoio técnico;
- Acompanhar as metas de desenvolvimento municipais, planos de providência e Planos de Apoio;
- Realizar visitas “in loco”.
- Realizar reuniões regionais mensais com os municípios;

METAS PREVISTAS	METAS EXECUTADAS	VALORES PREVISTOS	VALORES EXECUTADOS	PERÍODO DE EXECUÇÃO
Fortalecer o SUAS nos 399 municípios; Atingir 100% dos	399 municípios atingidos	R\$ 198.840,00	—	2012

Municípios com assessoria qualificada;				
<p>CONSIDERAÇÕES: As estratégias utilizadas para o alcance das ações consideraram a realidade e a especificidade de cada regional, assim as visitas "in loco" e as reuniões regionais foram realizadas pelas equipes de referência dos Escritórios Regionais, conforme a programação de cada equipe regional, com base na necessidade verificada na região.</p> <p>Ainda, houve a disponibilização de material de apoio para subsidiar o acompanhamento e o apoio técnico, como por exemplo, manual de elaboração do PMAS, orientações dos horários de funcionamento dos CRAS e CREAS, nota técnica sobre o reordenamento do acolhimento institucional no estado, entre outros. No ano de 2013 está previsto o aprimoramento desta ação com a disponibilização de materiais técnicos de forma periódica.</p> <p>Com relação aos Plano de Providências, a SEDS acompanhou os municípios na elaboração e no cumprimento deste instrumento. Para os Planos de Providências Meta Habilitação foram efetivados Planos de Apoio, com objetivo do estado executar ações de apoio ao cumprimento dos Planos de Providências dos municípios. Em cada fase de implantação e acompanhamento houve a discussão nas instâncias estaduais de pactuação e deliberação, garantido o caráter democrático da política estadual de assistência social.</p>				

AÇÕES: 4.4 Assessoria aos municípios na elaboração dos instrumentos de gestão				
<p>ESTRATÉGIAS:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Disponibilizar instrumentos de gestão aos municípios; - Elaborar material de apoio; - Realizar capacitação; 				
METAS PREVISTAS	METAS EXECUTADAS	VALORES PREVISTOS	VALORES EXECUTADOS	PERÍODO DE EXECUÇÃO
23 E.Rs	23 E.Rs	—	—	2012
399 municípios	399 municípios			
<p>CONSIDERAÇÕES: As estratégias para atingir da meta foram realizadas no ano de 2012, sendo que não há valores previstos e</p>				

executados por serem estratégias realizadas pela própria equipe responsável. Destaca-se que as capacitações foram realizadas por meio de web-conferência.

AÇÕES: 4.5 Realização de Capacitações permanentes para trabalhadores municipais, estaduais e conselheiros da Assistência Social, de acordo com o Plano Estadual de Capacitação

ESTRATÉGIAS:

- 1) Realizar capacitação do Controle Social no SUAS;
- 2) Realizar Capacitação dos Desafios Contemporâneos do SUAS;
- 3) Realizar Capacitação da Política de Assistência Social e a Gestão do SUAS;
- 4) Realização de Web-Conferência sobre a elaboração do Plano Municipal de Assistência Social;

METAS PREVISTAS	METAS EXECUTADAS	VALORES PREVISTOS	VALORES EXECUTADOS	PERÍODO DE EXECUÇÃO
-1) 1.800 participantes, entre conselheiros e técnicos estaduais;	1) 1.413 participantes	1) R\$349. 476,00	1) R\$ 344.273,60	2012
2) 110 técnicos do Estado;	2) Não executado	2) 15.500,00	2) Não executada	
3) 1.700 participantes, entre técnicos municipais e estaduais.	3) 1.370 participantes			
4) 2 Web-Conferências; com a participação de 1.120 pessoas.	4) 14 webconferências com temáticas relacionadas ao SUAS, com a participação de 7.023 pessoas			

CONSIDERAÇÕES:

- 1) A quantidade de vagas ofertada foi igual a 1800. Contudo, foram 1413 participantes com mais de 75% de frequência, levando em consideração a adesão voluntária dos representantes municipais.

2) A capacitação Desafios Contemporâneos não foi realizada no ano de 2012, devido ter como tema central a atualização da Norma Operacional Básica do SUAS, que, uma vez aprovada e publicada, implicará diretamente na alteração de vários parâmetros de gestão do SUAS nos Estados e Municípios. O referido documento teve atraso em sua aprovação pelo Conselho Nacional de Assistência Social. Contudo, a aprovação foi realizada na data de 13 de dezembro/12. Sendo assim, a execução da capacitação em tela foi prorrogada para o ano de 2013

3) Este curso foi desenvolvido em parceria com o Instituto Federal do Paraná e não implicou em investimento de recursos financeiros da SEDS. Foram ofertadas 1700 vagas, com 1370 participantes tendo concluído o curso com aproveitamento mínimo exigido.

4) A avaliação positiva da ferramenta das webconferências, utilizadas experimentalmente em 2012, levaram à utilização constante desta tecnologia para disseminação de informações, fazendo com que o número de eventos e quantidade de participantes excedesse em muito as primeiras expectativas. A ação foi desenvolvida em parceria com a SEAE e Celepar, não implicando em investimentos financeiros da SEDS.

AÇÕES: 4.6 Apoio técnico e financeiro ao pleno funcionamento do Conselho Estadual de Assistência Social e da Comissão Intergestores Bipartite

ESTRATÉGIAS:

- Estruturar a secretaria executiva do CEAS e CIB com profissional de nível superior e equipe de referência;
- Disponibilizar servidores da SEDS para dar suporte técnico ao CEAS e CIB;
- Disponibilizar as informações sobre a execução e gestão da política de assistência social em meios de comunicação acessível aos conselheiros;
- Garantir a realização de reuniões periódicas previstas regimentalmente;

METAS PREVISTAS	METAS EXECUTADAS	VALORES PREVISTOS	VALORES EXECUTADOS	PERÍODO DE EXECUÇÃO
1 Conselho 1 CIB;	1 Conselho (11 reuniões)	_____	R\$ 34.399,71	2012

	1 CIB (8 reuniões e 4 reuniões da Câmara Técnica);			
--	--	--	--	--

CONSIDERAÇÕES: Os valores apresentados são referentes apenas a manutenção do funcionamento do CEAS, nas seguintes despesas: diárias no hotel, transporte, diárias e transportes para eventos externos, alimentação.

Para o funcionamento da CIB não houve execução de recursos financeiros, apenas a utilização da estrutura física da SEDS e da equipe técnica de referência.

REPRESENTAÇÃO EM INSTÂNCIAS E COMISSÕES

A seguir, elencam-se as instâncias das quais a SEDS e possui representação, reforçando a lógica da intersetorialidade na formulação das políticas sociais e da ampla discussão para definição de sua execução.

Participação em instâncias de Deliberação das Políticas Públicas

- Conselho Estadual da Assistência Social - CEAS;
- Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA;
- Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente - CEDCA;
- Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência;
- Conselho Estadual Antidrogas do Paraná: **(participante)**.

Participação em instâncias de Pactuação

- Comissão Intergestora Bipartite – CIB;

Participação da equipe em Comissões Estaduais:

- Fórum Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil e Regularização do Trabalho do Adolescente – FETI PR;
- Comissão Estadual Interinstitucional de Enfrentamento à Violência contra Crianças e Adolescentes;
- Comitê Estadual Intersecretarial de Saúde Mental;
- Comitê Estadual de Trabalho do Programa Leite das Crianças;
- Unidade Gestora Estadual do Programa Família Paranaense;
- Comissão Intersecretarial do Estado do Paraná para implementação do Programa Brasil Quilombola;
- Comissão Estadual da construção das metodologias da APADE's
- Comissão Intersecretarial de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN
- Comitê Gestor Projovem Urbano;
- Comissão Programa Paraná Seguro.
- Comissão Estadual de Convivência Familiar e Comunitária:

Deliberação nº024/2013 Publicada no DIOE nº8971 de 05/06/2013

- Comissão Estadual de Reordenamento dos Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade:

Participação da equipe em Comissões Internas:

- Comissão Intercoordenações de Gestão da Informação, monitoramento, avaliação e vigilância social;
- Comissão Intercoordenações da Gestão de Trabalho;
- Unidade Executiva do Programa Família Parananense;
- Comissão de Análise de Processos da CIB e Câmara Técnica de Monitoramento da CIB;
- Comissão do Cadúnico e PBF;
- Comissão G-Gov – Sistema de Gerenciamento de Ações do Governo do Estado.

GESTÃO DO TRABALHO - CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO PERMANENTE

A Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social – SEDS, comprometida com a qualificação e valorização dos trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social, construiu, ainda em 2011, o Plano Estadual de Capacitação 2012-2015 para trabalhadores e demais atores da Política de Assistência Social.

O referido Plano foi constituído a partir da necessidade de identificação das reais demandas e dificuldades para a consolidação dos serviços socioassistenciais no Estado. Para tal, foram observadas dificuldades, potencialidades e oportunidades presentes na execução e gestão da Política de Assistência Social no âmbito municipal, regional e estadual que demandam processos formativos e orientativos. Serviram como bases de dados para estas informações o Censo SUAS, o Sistema Estadual de Monitoramento, o Sistema de Elaboração dos Planos Municipais de Assistência Social, os Relatórios de Gestão Municipais e o Relatório de Gestão Estadual 2003-2010.

Sendo assim, considerando os preceitos da Norma Operacional Básica do SUAS (NOB-SUAS 2005) e da NOB-RH (2006) que apontam a responsabilidade do Estado na instituição de ações de capacitação como um processo sistemático e continuado, participativo e descentralizado, com vistas ao desenvolvimento de habilidades e capacidades técnicas e gerenciais, bem como ao efetivo exercício do controle social e ao empoderamento dos usuários para aprimoramento da Assistência Social como Política Pública, ressalta-se a constante participação da Comissão Intergestores Bipartite -CIB e do Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS na apreciação, pactuação e deliberação acerca dos cursos e demais ações de capacitação executados.

Considerando um total de quinze ações de capacitação – entre cursos, seminários, Deliberação nº024/2013 Publicada no DIOE nº8971 de 05/06/2013

oficinas e mobilizações – identifica-se que a SEDS investiu, em 2012, mais de um milhão e oitocentos novecentos mil reais em ações de capacitação no âmbito do SUAS nas modalidades presencial e Educação à Distância (R\$ 1.921.250,45). Tratam-se de R\$ 1.859.050,45 investidos na contratação de empresas especializadas na organização e logística dos cursos, além de valores empenhados no pagamento de palestrantes (R\$ 62.200,00), deslocamento de servidores, entre outros.

Com relação aos temas, elencam-se: A Política de Assistência Social e a Gestão do SUAS; Capacitação para a operacionalização e gestão do Cadastro Único, em interface com o Programa Bolsa Família; Enfrentamento ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes; Controle Social no SUAS; Gestão dos Centros de Referência de Assistência Social; Gestão dos Centros de Referência Especializados de Assistência Social e do Programa Liberdade Cidadã; Orientações técnicas para atuação profissional nos Centros da Juventude; Enfrentamento ao Trabalho Infantil; gestão, operacionalização e expansão do Programa Família Paranaense.

O público-alvo atingido contemplou trabalhadores e gestores da Política de Assistência Social nos âmbitos Estadual e Municipal, conselheiros municipais e estaduais de assistência social e demais colaboradores do controle social, técnicos dos Escritórios Regionais da SEDS, gestores e demais administradores das Prefeituras Municipais, operadores e entrevistadores do CadÚnico.

No tangente ao número de vagas, foram ofertadas 6.174 (seis mil, cento e setenta e quatro) vagas, com 4.771 (quatro mil, setecentos e setenta e um) participantes certificados, o que corresponde a um total de 77,28% aproveitamento. Ressalta-se que 8,36% destes participantes foram técnicos das Equipes Regionalizadas da SEDS, que prestam monitoramento, orientação e assessoria técnica diretamente às equipes municipais gestoras da Assistência Social.

Além disso, no primeiro ano de existência da SEDS, efetivaram-se diversas parcerias extremamente positivas para o desenvolvimento de ações de capacitação, as quais deverão ser mantidas e aprofundadas para os próximos exercícios. A primeira delas se deu com a Escola de Governo, da Secretaria de Estado da Administração e Previdência. Esta instituição disponibilizou sistema informatizado para gestão das inscrições e certificações, facilitando em muito estes processos de trabalho.

Também realizou-se parceria com o Instituto Federal do Paraná, que cedeu sua tecnologia de transmissão voltada para Educação à Distância, o que oportunizou o alcance de teleaulas para 23 municípios do Estado.

Outra estratégia de capacitação que só foi possível graças ao estabelecimento de parcerias foram as reuniões através de webconferências, que serviram como importantes instrumentais para o repasse de informações técnicas referentes ao SUAS e a gestão da SEDS. Através da Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos - SEAE, foi desenvolvida

cooperação técnica com a Companhia de Informática do Paraná - CELEPAR para execução de quatorze Webconferências, as quais contaram com um público total de 7023 (sete mil e vinte e três) expectadores. Foram temas concernentes: Sistema Integrado de Transferências – SIT e Central de Viagens do Governo do Estado; Planos Municipais de Assistência Social; Programa Família Paranaense; BPC na Escola; Financiamento no SUAS; Instâncias de Pactuação e Controle Social; Enfrentamento ao Trabalho Infantil; Programa Liberdade Cidadã (Medidas Socioeducativas em Meio Aberto); Monitoramento e Avaliação no SUAS; CRAS, PAIF e Equipes Volantes.

Ressalta-se que, além destas ações, mais atividades de capacitação estão sendo planejadas e executadas pela SEDS em 2013 para atender às previsões do PEC – que encontra-se em fase de reordenamento – e as demandas do Estado e Municípios, em um processo contínuo de diálogo com as gestões municipais da Assistência Social e as instâncias de controle social do Estado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O relatório de ações elucida a concretização do compromisso em fortalecer o SUAS no Paraná, de acordo com as prerrogativas nacionais, na perspectiva da gestão participativa, além do cumprimento de responsabilidades e atribuições previstas na Norma Operacional Básica – NOB/SUAS, bem como do Pacto de Aprimoramento da Gestão Estadual e no Plano Estadual de Assistência Social.

O Pacto de Aprimoramento do Estado do Paraná é o instrumento de planejamento estratégico que induz os aprimoramentos progressivos de gestão. Tal instrumento é a celebração dos compromissos firmados com o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS.

O referido pacto possui uma lógica de continuidade em sua elaboração, execução, monitoramento e avaliação, para o cumprimento das prioridades nacionais, coincidindo com as elaborações orçamentárias do Governo do Estado. Nesta perspectiva, o instrumento apresenta as responsabilidades, decisões e ações, desdobradas em metas, com a intencionalidade de criar condições de enfrentamento às expressões das desigualdades sociais, através de intervenções que promovam a inclusão, a defesa dos direitos sociais e o fortalecimento do protagonismo dos cidadãos, fortalecendo a mobilização e envolvimento destes no exercício do controle social.

A partir do compromisso com o cumprimento do Pacto, no ano de 2012, foram atingidas metas das ações, que compõem as prioridades nacionais estabelecidas pelo governo federal, como:

Prioridade I - Adequação organizacional e programática dos órgãos estaduais, órgãos

gestores da assistência social, para adequação ao SUAS.

Ação 1: Instituição de órgão gestor responsável pela política de assistência social, considerando as áreas previstas na NOB/SUAS e NOB/RH; Período de Execução: 2011 – 2014.

Criação da SEDS como único órgão responsável pela gestão da política de assistência social, reordenando assim, as ações e as responsabilidades de prestação dos serviços de proteção social especial à crianças e adolescentes, como os de acolhimento institucional as medidas sócio-educativas, a atenção às situações de violência.

Houve ainda, a estruturação das coordenações para adequação da gestão estadual e garantir o exercício das funções essenciais da gestão, de acordo com a NOB-RH, além da ampliação do número de Escritórios Regionais.

Prioridade IV - Coordenação, gerenciamento, execução e cofinanciamento de programas de capacitação para gestores, trabalhadores e conselheiros.

Ação 1: Elaboração e execução de um Plano Estadual de Capacitação, contendo as diversas modalidades, os formatos, as temáticas e o público, na perspectiva da educação permanente, sistemática e continuada, e da capacitação em serviço, em conformidade com a NOB/RH, compatíveis com as necessidades locais e regionais; Período de Execução: 2011 – 2014.

Tal ação está em cumprimento, tendo em vista que no ano de 2012 executado o Plano Estadual de Capacitação com premissa de educação permante, prevendo as capacitações dos trabalhadores, gestores e conselheiros da Assistência Social de forma sistemática, descentralizada e continuada. Aliada a essas características, a política de capacitação deve ser planejada no contexto da gestão do trabalho que pressupõe a valorização dos trabalhadores através do cumprimento das normativas quanto as equipes mínimas de referência, superando a precarização das condições de trabalho, a instituição de mesas de negociação, a implantação e implementação de Plano de Cargos, Carreiras e Salários e estratégias de fortalecimento dos atores da política de assistência social e o aprimoramento do SUAS no estado.

Destaca-se ainda, a criação da comissão elaborativa e consultiva intercoordenações da Gestão do Trabalho.

Prioridade V - Implantação e implementação do Sistema Estadual de Informação, Monitoramento e Avaliação.

Ação 1: Elaboração e implementação do Plano Estadual de Monitoramento e Avaliação do Deliberação nº024/2013 Publicada no DIOE nº8971 de 05/06/2013

Sistema Único de Assistência Social; Período de Execução: 2011 – 2014..

As metas previstas para atingir a ação foi cumprida parcialmente, entretanto, houve o início da estruturação do setor responsável pela vigilância social. Ainda, no referido ano foi constituída a comissão intercoordenações de Monitoramento e Avaliação, que avançou na elaboração do Plano Estadual de Monitoramento e Avaliação.

Ressalta-se ainda a construção do sistema do Plano Municipal de Assistência Social – PMAS, previsto nas metas para alcance da ação.

Prioridade VIII - Apoio ao exercício da participação e do controle social

Ação 1: Apoio técnico e financeiro ao pleno funcionamento dos Conselhos Estaduais, visando o fortalecimento de suas funções normativas e do controle social do SUAS; Período de Execução: 2011 – 2014.

A SEDS disponibilizou a estrutura para o adequado funcionamento do Conselho Estadual de Assistência Social, bem como o cumprimento das seguintes metas: estruturação da secretaria executiva do CEAS com profissional de nível superior e equipe de referência; disponibilização de servidores da SEDS para dar suporte técnico ao CEAS nas comissões; publicização das informações sobre a execução e gestão da política de assistência social em meios de comunicação acessível aos conselheiros.

Para os próximos anos pretende-se fortalecer a intersetorialidade entre as diversas políticas setoriais e de defesa de direitos, como estratégia para construção de propostas efetivas para combater as desigualdades sociais vivenciadas por uma parcela da população paranaense.

As dificuldades encontradas no ano de 2012 na gestão da política de assistência social serão minimizadas nos próximos anos com a implementação dos Planos Regionalis de Assistência Social, bem como o aprimoramento da capacidade institucional, com a composição do quadro de servidores, a implantação dos serviços socioassistenciais regionalizados.

Por fim, ressalta-se que o fortalecimento do SUAS é um processo gradativo, contudo, a partir das ações realizadas e das ações planejadas, é possível visualizar a ampliação da garantia dos direitos socioassistenciais.